



## Relato da reunião extraordinária do CD EPSJV 21 de julho de 2017

### PAUTA EXTRAORDINÁRIA

#### Segurança

A reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da EPSJV no dia 21 de julho começou atrasada e aconteceu na sala do Lires por motivo de segurança. Naquela data, desde aproximadamente 8h40 da manhã, estava acionado o Plano de Contingência da unidade, em função de uma operação policial em Manguinhos. Uma bala atravessou a sala 201, atingindo os vidros da janela e da porta. Segundo informações fornecidas pela Presidência durante a reunião do CD, tratou-se de uma operação da Polícia Civil, com suporte da PM, realizada para cumprir mandatos de prisão.

Diante desse cenário, ainda que não estivesse na pauta, a questão da segurança na EPSJV tornou-se o tema principal da reunião. Logo de início, a diretora avisou que Juliano Lima, o coordenador da Cogepe (antiga Direh) estava a caminho da Escola, mas propôs que, ainda assim, ela fosse pessoalmente ao Castelo procurar a presidente Nísia Trindade para tratar do caso. Com aprovação dos conselheiros, a reunião continuou sem ela. Cerca de uma hora depois, Anakeila Stauffer voltou acompanhada do vice-presidente de Gestão e Desenvolvimento Institucional, Mario Santos Moreira.

Ainda antes da chegada da diretora e do vice-presidente, o vice-diretor de ensino, Carlos Maurício Barreto relatou a Juliano Lima o que tinha ocorrido. O coordenador da Cogepe reconheceu que, para além dos efeitos simbólicos dessa situação de violência, estávamos diante de um risco real e concreto de alguém ser atingido. Foi a segunda vez este ano que um projétil entrou numa sala da EPSJV – da primeira, foi numa sala de trabalho; agora, numa sala de aula. Ele lembrou que, diante da intensificação dos tiroteios em março, que levou a EPSJV a suspender as aulas, foi pactuado um conjunto de medidas que dependiam da ação da Presidência da Fiocruz: a construção de um muro, no limite com a comunidade da Varginha, onde ocorreu boa parte das situações de violência; a garantia de transporte para retirar os estudantes do *campus* em caso de necessidade; a atualização do plano de contingência; e a instalação de placas de metal nas janelas, como solução mais rápida do que a blindagem definitiva. Juliano reconheceu que esta última medida avançou pouco, que a demora gera problemas e que o fato de a Escola não ter sido informada sobre os motivos do atraso agrava a situação.

De acordo com os representantes da Presidência da Fiocruz, as primeiras placas selecionadas para a proteção das janelas não resistiram ao teste balístico. Um novo tipo de placa já teria sido selecionado, mas ainda estariam pendentes os novos testes – que precisam ser realizados pelo BOPE (Batalhão de Operações Policiais Especiais). O vice-presidente, Mario Moreira, se comprometeu a fazer contato diretamente com o Comando da Polícia Militar para acelerar o processo. Foi informado ainda que a presidente Nísia Trindade estava tentando uma audiência com o governador do Rio, Luiz Fernando Pezão, para tratar dos efeitos dessa política de segurança pública em Manguinhos, incluindo a referência aos tiros que

atingiram a EPSJV. Após o término da reunião, a Escola foi informada de que essa reunião aconteceria na terça-feira seguinte, dia 25 de julho.

Questionados, os representantes da Presidência afirmaram que a Fiocruz já tinha solicitado formalmente o fim das incursões policiais em Manguinhos, mas que o governo do estado jamais se comprometeu com isso. E que, embora se possa voltar a conversar sobre o assunto, não parece provável a hipótese de que a Fiocruz seja previamente avisada sobre operações policiais programadas na região, como foi a daquele dia. A diretora da EPSJV destacou a importância de a Fiocruz tensionar e denunciar institucionalmente essa política de segurança que só tem gerado violência sobre as comunidades.

Mario Moreira destacou a necessidade de se reconhecer que a Fiocruz – incluindo sua área de segurança – não tem conhecimento para lidar com situações como essas, que ele caracterizou como de “guerra”, com impacto sobre toda a Fiocruz. O vice-presidente ressaltou que esse contexto de violência vai impor, por exemplo, que se reveja o plano de ocupação do *campus*, que previu a construção de prédios sem levar em conta essas novas demandas de segurança. Ao entrar na “agenda” da Fiocruz, essa preocupação implicará inclusive, segundo ele, o cálculo de dotação orçamentária.

O vice-diretor de Gestão e Desenvolvimento Institucional da EPSJV, José Orbílio, ressaltou que, para a EPSJV, a situação hoje é ainda mais dramática em função da obra, já que, trabalhando na área externa, o nível de exposição dos operários pode ser ainda mais alto do que a dos profissionais e estudantes. Primeiras impressões sugerem, inclusive, que um operário localizado no alto do andaime estaria também na mira da bala que, naquele dia, atravessou a sala de aula da Escola.

Elisângela Oliveira da Cruz, da Coordenação da Infraestrutura do Serviço de Administração, ressaltou outro agravante dessas situações de violência envolvendo a obra em curso. Segundo ela, apesar de também terem passado por treinamento sobre o plano de contingência, durante o tiroteio daquele dia, os operários se movimentaram para retomar o trabalho antes de essa orientação ser dada pelo setor de segurança da Fiocruz. Quando abordados, a justificativa foi de que a ordem de volta ao trabalho foi dada pela engenheira da obra. Para solucionar o problema, e evitar acidentes graves, foi sugerido que se providenciasse uma reunião com os seguintes trabalhadores: a engenheira responsável pela obra por parte da contratada e o engenheiro de segurança do trabalho da contratada; o engenheiro fiscal da obra e o engenheiro de segurança do trabalho, ambos da Cogic (antiga Dirac). Elisângela informou, ainda, que situação semelhante tem sido vivida no caso dos trabalhadores terceirizados para os serviços de limpeza, que são centralizados na Cogic. Segundo ela, também durante o tiroteio daquele dia alguns profissionais teriam permanecido no segundo andar – na sala em que o projétil entrou – o que nos exige reforçar e intensificar as orientações do plano de contingência.

A direção da EPSJV ressaltou a responsabilidade daquele Conselho Deliberativo em definir sobre a volta dos estudantes das férias – originalmente programada para o dia 31 de julho – diante da sensação de insegurança gerada pela bala que atingiu a sala de aula. O vice-presidente disse que não se posicionaria sobre essa decisão, mas defendeu que o critério de decisão deveria ser o cálculo político sobre se a capacidade de tensionamento da Fiocruz nessa área é maior com a Escola aberta ou fechada. Já o coordenador da Cogepe defendeu que a EPSJV não pare suas atividades, argumentando que outras escolas da região – como o Colégio Estadual Luiz Carlos da Vila, visitado no dia do ato contra a violência promovido pela Fiocruz – resistem funcionando, apesar das condições muito piores de segurança. O acordo do CD foi de que a decisão sobre a volta às aulas estava condicionada à informação

sobre o prazo para instalação definitiva das placas de proteção nas janelas. Foi definido que a Presidência apresentaria um cronograma até o final da semana seguinte e que, só a partir daí, haveria definição sobre o retorno dos estudantes.

A diretora comentou que, além da situação de segurança, a retomada das aulas no calendário regular dependia também da finalização da fase atual da obra, de lixamento da fachada da biblioteca e do auditório, que tem produzido uma alta concentração de poeira. No mesmo dia, após o término da reunião do CD, o laudo de um fiscal da segurança do trabalho da Cogic orientou o afastamento dos trabalhadores da unidade pelo prazo de uma semana. Posteriormente, esse prazo foi prorrogado por mais uma semana, já alterando, portanto, a data de volta dos alunos.

A questão da segurança pública foi tema de outros dois pontos do CD. Em um informe, o representante do Lavsa pediu a contribuição dos conselheiros na mobilização da comunidade Fiocruz para a 'Caminhada pela Paz', que ocorrerá no dia 20 de agosto, em Manguinhos, com organização de vários movimentos e apoio institucional da EPSJV. Como pauta para deliberação, a direção apresentou ao CD um manifesto para o qual foi pedida assinatura da Escola e da Fiocruz. Trata-se de texto produzido por um grupo de movimentos sociais, lideranças comunitárias, sindicatos e instituições de ensino e pesquisa que tem buscado formas de questionar a política de segurança pública e, especificamente, as incursões policiais nas favelas e periferias da cidade do Rio de Janeiro. A Escola foi convidada pelo professor Marcelo Burgos (PUC-RJ), que está à frente desse movimento, para participar da segunda reunião do grupo e articular a aproximação com outras entidades, como as representações profissionais dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS). A representante da EPSJV na reunião foi Andrea de Oliveira, do Núcleo de Arquivo Documental, acompanhada por André Lima, da Cooperação Social da Fiocruz. Ela informou que, como desdobramento do trabalho do grupo, já estava agendada uma audiência pública no dia 31 de julho, das 15h às 18h, no auditório do Ministério Público. Lido na reunião, a assinatura do manifesto foi aprovada por unanimidade, com a orientação de sua ampla divulgação a partir do momento em que se tornar público.

## INFORMES

### **Aniversário da EPSJV**

Foi informado que, em função de um tratamento de saúde, o professor Luiz Carlos de Freitas não aceitou o convite para a palestra a ser realizada no aniversário da Escola. Foi confirmada, então, a presença do professor Fernando Penna, da Universidade Federal Fluminense e presidente do recém-criado Movimento Educação Democrática, que falará sobre o mesmo tema: o empresariamento da educação por trás da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Curricular Comum.

### **Coordenação da Pós-Graduação**

Foi informado que, após ser aprovado em reunião extraordinária do colegiado, o nome do professor Marco Antonio Santos foi confirmado como novo coordenador da pós-graduação da EPSJV. Para o trabalho, ele vai contar com a assessoria de Ana Reis (Lires) e Rafael Guimarães (Lavsa, atualmente assessor da vice-direção de pesquisa e desenvolvimento tecnológico).

## **Novas impressoras**

A direção informou que os primeiros setores da Escola já receberam novas máquinas de impressão e pede que qualquer problema identificado seja imediatamente comunicado. A expectativa é de que a instalação das novas levas se dê ao longo do ano, sem data prevista para finalização. Trata-se de um projeto de toda a Fiocruz, que consiste na locação compartilhada de impressoras. A ideia é substituir todas as impressoras conforme for se esgotando o estoque de *tonner* existente hoje na Escola. A orientação a partir de agora é que essas impressoras substituam o uso da Xerox, como forma de baratear os custos, em função da economia de escala. Sendo assim, laboratórios e setores deverão, por exemplo, imprimir as próprias provas e não solicitar cópias na administração, como costumava acontecer. Questionada, a direção informou que está prevendo o abastecimento de papel suficiente para essa mudança através de um projeto que incluirá a compra desse tipo de material. Todas as novas impressoras têm scanner.

PAUTAS

## **Secretaria Executiva de Comunicação da RET-SUS**

A direção informou que, na reunião com representante da SGTES/MS ocorrida em Brasília no dia 07/07/17, houve um certo 'reco' por parte do Ministério da Saúde em relação à decisão anteriormente informada de que as atividades da Secretaria Executiva de Comunicação da RET-SUS, desenvolvidas pela EPSJV, deveriam ser paralisadas. Em relação ao financiamento, a decisão agora era de que deveria ser feito um corte de 20% no orçamento do TED (Termo de Execução Descentralizada), uma redução linear que estaria sendo aplicada em todos os termos assinados com a Fiocruz. Já sobre o processo de trabalho e as relações políticas, a determinação é de que todas as ações de comunicação da Secretaria deveriam ter aprovação prévia de um assessor do Ministério, designado para essa função. Perguntada sobre em que isso se diferencia das ações de censura que a Secretaria da RET-SUS já vinha sofrendo há tempos, a direção explicou que, até recentemente, essa intervenção se dava apenas sobre as matérias da revista jornalística. Agora, a definição é de que nada se torna público sem essa 'análise' prévia, o que inclui, por exemplo, as notas publicadas no site e divulgadas no boletim e as postagens nas redes sociais.

Diante desse cenário, a proposta da direção é não aceitar esse processo de trabalho e encerrar todas as ações jornalísticas que hoje são desenvolvidas pela Secretaria. Além de todas as demais metas do TED (que envolvem, dentre outras, o mestrado RET-SUS), seriam mantidas nas ações de comunicação as oficinas voltadas para a construção de planos de comunicação das Escolas Técnicas do SUS e a reformulação do site da Rede. Isso significaria manter dois profissionais dessa área contratados pelo projeto: o desenvolvedor e a jornalista - esta, no entanto, atuando ao mesmo tempo para a comunicação da EPSJV. Caso o Ministério não aceite as propostas, há demanda da Escola para incorporação desses dois profissionais. Como em reuniões anteriores, da antiga gestão, o CD já tinha aprovado a incorporação desses profissionais na Escola, caso o Ministério encerrasse o projeto, as outras duas jornalistas seriam também incorporadas à Coordenação de Comunicação, Divulgação e Eventos (CCDE), que já tinha apresentado a demanda de dois profissionais dessa área para substituição de Raquel Junia - que foi chamada de volta pela EBC, de onde estava cedida - e Cátia Guimarães, que agora assumiu a coordenação do setor. Essa reorganização recente, que se deu com a recomposição das coordenações pela nova direção, fez com que o antigo coordenador da Comunicação, Marcelo Paixão, reassumisse suas funções de designer. Com três designers, a CCDE, que concentra as ações de comunicação e identidade visual da Escola, não tem demanda para outro

profissional dessa área. Isso significa que o designer da Secretaria da RET-SUS não poderia permanecer no projeto nem teria como ser incorporado pela Escola.

O representante do Lateps questionou a demissão de um profissional, argumentando que a direção anterior afirmava que "demanda não faltava" para todos os trabalhadores. A Coordenadora de Comunicação – que substituiu a jornalista responsável pelo CD em Foco na reunião e foi autorizada pelo CD a fazer uma breve explanação – explicou que a gestão passada nunca conversou com a CCDE sobre a incorporação de nenhum desses profissionais.

A representante dos trabalhadores Fernanda Cristina de Miranda respondeu publicamente a uma consulta feita de forma particular pelo representante do Lateps. Segundo ela, ele teria perguntado se a Reprepoli estaria tratando da demissão do profissional em questão. Ela explicou que não porque o trabalhador não tinha demandado nenhuma providência à Representação, destacando que sequer teria havido tempo para isso. Ressaltou ainda que, como integrante da equipe da RET-SUS, sabia que o profissional esteve presente na reunião, realizada no dia anterior, em que o vice-diretor de ensino, Carlos Maurício Barreto, informou a equipe sobre a proposta que a direção levaria ao CD.

Posta em votação, a proposta foi aprovada, com um voto contrário (Lateps) e uma abstenção (Laborat).

### **Parceria Fiocruz e Conselho Nacional de Saúde**

A direção informou que no dia 19 de julho, a presidência convocou uma reunião tendo como pauta o estabelecimento de um termo de cooperação entre a Fiocruz e o Conselho Nacional de Saúde-CNS e a preparação da reunião do CNS, que será realizada na Fiocruz (auditório térreo da ENSP), nos dias 09 a 11 de agosto. Foi informado que esse termo de Cooperação terá que ser bem trabalhado, pois está atrelado à gestão do atual Secretário, Ronald Ferreira dos Santos, que termina no final de 2018. Os principais eixos deste termo serão: Atenção Básica; Vigilância em Saúde e Financiamento. O papel da Fiocruz seria subsidiar as 18 Comissões do CNS nessas áreas.

O objetivo de realizar a reunião na Fiocruz é fazer com que os conselheiros venham à instituição e a reconheçam, estabelecendo-se um processo de fortalecimento mútuo. Estarão presentes os conselheiros da Região Metropolitana do RJ, cerca de 50 pessoas. No dia 8, haverá a reunião preparatória para os dias seguintes. No dia 9, ocorrerá um encontro extraordinário, com um Seminário sobre Atenção Básica e Desenvolvimento Sustentável. Nos dias 10 e 11, reunião Ordinária do CNS.

A Presidência solicitou que houvesse trabalhadores da Fiocruz de referência nas temáticas discutidas para participarem nesses dias. Embora seja aberta, a reunião será deliberativa e, assim, a participação da Fiocruz deve ser "comedida".

Houve os seguintes encaminhamentos:

1. Haverá a produção de um documento prévio pelo Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz-CEE e pela Comunicação Social a ser entregue aos Conselheiros, explicando o que é a Fiocruz.
2. No último dia haverá a visita a algumas instalações da Fiocruz. Assim, cada unidade fará um release explicando seu trabalho e o(s) setor(es) a serem visitados, a fim de que os participantes elejam um dos locais. Cada espaço receberá a visita de um grupo com a média de cinco a seis conselheiros.

3. Caso seja necessário, podem ser demandadas reuniões prévias entre as pessoas de referência da Fiocruz e do CNS.

4. Será preciso definir os nomes que serão de referência das unidades para participar de todo esse processo.

A direção então solicitou que os laboratórios sugerissem nomes de representantes para participarem dessas reuniões e enviassem para o email institucional da EPSJV até a quarta-feira, 26 de julho. O Laborat ficou particularmente responsável de sugerir referências para a área de Atenção Básica e a discussão de ACS e o Lavsa de sugerir nomes para o tema da Vigilância em Saúde. A direção se comprometeu de consultar a Coordenação de Cooperação Internacional para tentar identificar alguém que possa contribuir com o debate sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

### **Conselho de Política Editorial**

O CD aprovou por unanimidade os nomes de Anamaria Corbo (Laborat) e Elizabeth Leher (Coordenação de Desenvolvimento de Materiais e Tecnologias Educacionais em Saúde) para integrarem o Conselho de Política Editorial, em substituição a Grasielle Nespoli e José Roberto Reis, que pediram para sair. Foram aprovados também as duas opções de nomes apresentados pela direção para a vaga externa do Conselho na área de educação. Com a concordância do CD, a direção vai fazer o convite e confirmar de quem foi o aceite na sequência. Foi lembrado que, em reunião anterior, da antiga gestão, o nome da professora Helena David, da UERJ, já tinha sido aprovado para ocupar a vaga externa na área da saúde.

### **Eleição para os laboratórios**

O coordenador do Lires, Sergio Munck, identificou que, apesar de o CD ter decidido por uma eleição o mais inclusiva possível, a lista de eleitores publicada exclui cerca de uma dezena de trabalhadores que estão afastados por licença. Defendendo a cidadania política dos trabalhadores em capacitação, ele se disse preocupado que esse erro abra um precedente para eleições futuras. Foi aprovado por unanimidade pelo CD que se peçam explicações à comissão eleitoral sobre o ocorrido e, se constatado o erro, ele seja corrigido, mesmo já tendo se esgotado o prazo para contestação da lista.

### **LISTA DE PRESENÇA**

Alexandre Moreno (Labman)  
Alexandre Pessoa (Lavsa)  
Anakeila Stauffer (Direção)  
André Feitosa (Lateps)  
Andrea Oliveira (Reprepoli)  
Carlos Maurício Barreto (Vice-direção de Ensino e Informação)  
Carolina Vianna Dantas (Labform)  
Elisangela da Cruz (CADM)  
Fernanda Cristina de Miranda (Reprepoli)  
Gilberto Estrela (Labgestão)  
Isabela Cabral Felix (LIC-Provoc)  
Jefferson Silva (Secretaria Executiva da RET-SUS – convidado)  
José Orbilio de Souza Abreu (Vice-direção de Gestão e Desenvolvimento Institucional)  
Leandro Medrado (Latec)

Maria Cecilia Carvalho (Laborat)

Maria Emilia Boueri (Reprepoli)

Sergio Munck (Lires)

Sergio Ricardo de Oliveira (Vice-direção de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico)